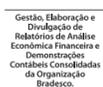


Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.485.541/0001-06

Sede: Cidade de Deus - Prédio Novíssimo - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

No semestre, o Banco Boavista registrou Lucro Líquido de R\$ 43.804 milhões, correspondente a R\$ 17,05 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 1,931 bilhão e Ativos Totais de R\$ 2,105 bilhões.

Apresentamos a V. Sas. as Demonstrações Contábeis do Banco Boavista Interatlântico S.A. (Banco Boavista), elaboradas na forma da Legislação Societária, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2010.

Osasco, SP 27 de julho de 2010.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

ATIVO	2010	2009	PASSIVO	2010	2009
CIRCULANTE	794.441	792.505	CIRCULANTE	26.960	19.054
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	4	5	OUTRAS OBRIGAÇÕES	26.960	19.054
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	509.679	565.787	Sociais e Estatutárias	1.603	1.769
Aplicações no Mercado Aberto	1.281	2.220	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	22.777	16.989
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	508.398	563.567	Diversas (Nota 11b)	2.580	296
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	26.811	29.033	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	147.227	203.888
Carteira Própria	10.401	4.286	OUTRAS OBRIGAÇÕES	147.227	203.888
Vinculados à Prestação de Garantias	16.410	24.747	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	139.168	195.516
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	387	4.256	Diversas (Nota 11b)	8.059	8.372
Transferências Internas de Recursos	387	4.256	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.930.866	1.810.110
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	1.078	1.623	Capital		
Operações de Crédito	3.043	3.502	- De Domiciliados no País (Nota 12a)	1.231.000	1.231.000
- Setor Privado	(1.965)	(1.879)	Reservas de Lucros (Nota 12b)	699.815	579.077
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.068)	(259)	Ajustes de Avaliação Patrimonial	51	33
OUTROS CRÉDITOS	256.482	191.801			
Rendas a Receber	206.586	152.914			
Diversos (Nota 8)	50.964	39.146			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.068)	(259)			
OUTROS VALORES E BENS	-	-			
Outros Valores e Bens	88	111			
Provisões para Desvalorizações	(88)	(111)			
Despesas Antecipadas	-	-			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	411.419	340.041			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	437	104			
Operações de Crédito					
- Setor Privado	3.170	4.256			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.733)	(4.152)			
OUTROS CRÉDITOS	410.982	339.937			
Rendas a Receber	29.254	17.331			
Diversos (Nota 8)	381.728	323.422			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(816)			
PERMANENTE	899.193	900.506			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	899.188	900.503			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	893.478	894.793			
Outros Investimentos	27.513	27.513			
Provisões para Perdas	(21.803)	(21.803)			
IMOBILIZADO DE USO	5	3			
TOTAL	2.105.053	2.033.052	TOTAL	2.105.053	2.033.052

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2010	2009
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22.800	27.847
Operações de Crédito	550	567
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	22.250	27.280
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	666	620
Operações de Captações no Mercado	-	(46)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7)	666	666
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.466	28.467
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	25.785	25.281
Outras Despesas Administrativas (Nota 13)	(2.008)	(3.986)
Despesas Tributárias (Nota 14)	(1.154)	(1.563)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	33.839	34.437
Outras Receitas Operacionais (Nota 15)	3.337	5.846
Outras Despesas Operacionais (Nota 16)	(8.229)	(9.453)
RESULTADO OPERACIONAL	49.251	53.748
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 17)	6	639
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	49.257	54.387
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19)	(5.453)	(7.486)
LUCRO LÍQUIDO	43.804	46.901
Número de ações (Nota 12a)	2.569.275.469	2.569.275.469
Lucro por lote de mil ações em R\$	17,05	18,25

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2010	2009
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	49.257	54.387
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	(33.932)	(35.599)
Despesas com Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	579	136
Resultado da Equivalência Patrimonial	(33.839)	(34.437)
Reversões de Provisões para Desvalorização de Bens não de Uso Próprio	(6)	(632)
Reversões de Provisões para Devedores Duvidosos	(666)	(666)
Lucro Líquido Ajustado	15.325	18.788
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(149)	(4.020)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(17.987)	(17.223)
(Aumento) Redução em Títulos para Negociação	1.905	(5.699)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	772	980
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	6.108	124.453
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(4.041)	4.278
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(4.431)	(74.639)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	(2.498)	46.918
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Redução (Aumento) em Títulos Disponíveis para Venda	4	(3)
Alienação de Bens não de Uso Próprio	6	632
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2)	(3)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	186	-
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	194	626
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento (Redução) em Depósitos	-	(9.043)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	-	(9.043)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.304)	38.501
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.304)	38.501
Início do Semestre	3.589	92.799
Fim do Semestre	1.285	131.300
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.304)	38.501

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
	Capital Realizado	Aumento de Capital	Legal	Estatutárias	Próprias	Controladas/Coligadas		
Saldos em 31.12.2008	1.222.850	8.150	39.395	493.227	29	(2)	-	1.763.649
Homologação de Aumento de Capital	8.150	(8.150)	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	5	1	-	6
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	46.901	46.901
Destinações: - Reservas	-	-	2.345	44.110	-	-	(46.455)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(446)	(446)
Saldos em 30.6.2009	1.231.000	-	41.740	537.337	34	(1)	-	1.810.110
Saldos em 31.12.2009	1.231.000	-	45.645	610.782	45	13	-	1.887.485
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	(7)	-	-	(7)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	43.804	43.804
Destinações: - Reservas	-	-	2.190	41.198	-	-	(43.388)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(416)	(416)
Saldos em 30.6.2010	1.231.000	-	47.835	651.980	38	13	-	1.930.866

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

Descrição	2010	%	2009	%
1 - RECEITAS	18.580	36,8	25.545	45,6
1.1 Intermediação Financeira	22.800	45,2	27.847	49,7
1.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	666	1,3	666	1,2
1.3 Outras	(4.886)	(9,7)	(2.968)	(5,3)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-	-	(46,0)	(0,1)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.008)	(3,9)	(3.986)	(7,1)
Serviços de Terceiros	(19)	-	(16)	-
Outras	(1.989)	(3,9)	(3.970)	(7,1)
Comunicações	(47)	(0,1)	(69)	(0,1)
Serviços Técnicos Especializados	(1.696)	(3,4)	(3.651)	(6,6)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(162)	(0,3)	(227)	(0,4)
Transporte	(24)	-	(17)	-
Sistema Financeiro	(5)	-	(4)	-
Contribuição Sindical	(52)	(0,1)	-	-
Outras	(3)	-	(2)	-
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	16.572	32,9	21.513	38,5
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	16.572	32,9	21.513	38,5
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	33.839	67,1	34.437	61,5
Resultado de Equivalência Patrimonial	33.839	67,1	34.437	61,5
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	50.411	100,0	55.950	100,0
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	50.411	100,0	55.950	100,0
8.1 Impostos, Taxas e Contribuições	6.607	13,1	9.049	16,2
Federal	6.607	13,1	8.967	16,0
Municipal	-	-	82	0,2
8.2 Remuneração de Capitais Próprios	43.804	86,9	46.901	83,8
Dividendos	416	0,8	446	0,8
Lucros Retidos	43.388	86,1	46.455	83,0

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Boavista Interatlântico S.A. (Boavista) é uma instituição financeira múltipla, que tem por objetivo efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio. O Boavista é parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas atividades conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas informações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às Normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - impairment de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As alterações introduzidas, respectivamente, pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, não produziram efeitos nas demonstrações contábeis da Instituição.

As demonstrações contábeis do semestre foram aprovadas pela Administração em 27 de julho de 2010.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Bradesco.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de crédito, outros créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.485.541/0001-06

Sede: Cidade de Deus - Prédio Novíssimo - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.

ISO 9001

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%.

A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Os créditos tributários originados em períodos anteriores, decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social para 15% são registrados até o limite das obrigações tributárias correspondentes.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas e da redução ao valor recuperável - impairment, quando aplicável.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável - impairment, que é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil de um ativo exceder o seu valor recuperável (apurado pelo seu potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior).

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

j) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN e na Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas (Nota 10a);
- Passivos Contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação (Nota 10b e c);
- Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 10b).

k) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, consequentemente são registrados no ativo de acordo com o princípio da competência.

l) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Composição total das carteiras e prazos

	Curso normal						Total em 2010 (A)	%	Total em 2009 (A)	%
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Operações de crédito										
Empréstimos	285	111	314	648	1.463	3.170	5.991	15,99	7.536	22,07
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das operações de crédito	285	111	314	648	1.463	3.170	5.991	15,99	7.536	22,07
Avais e fianças (2)	-	-	-	-	-	31.475	31.475	84,01	26.616	77,93
Total em 2010	285	111	314	648	1.463	34.645	37.466	100,0		
Total em 2009	541	111	314	648	1.666	30.872			34.152	100,00

	Curso anormal						Total em 2010 (B)	%	Total em 2009 (B)	%
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 720 dias	Acima de 720 dias				
Operações de crédito										
Empréstimos	222	-	-	-	-	222	18,17	222	19,41	
Outros créditos (1)	268	-	-	-	732	1.000	81,83	922	80,59	
Total das operações de crédito	490	-	-	-	732	1.222	100,0	1.144	100,00	
Avais e fianças (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total em 2010	490	-	-	-	732	1.222	100,0			
Total em 2009	31	23	23	76	991			1.144	100,00	

	Parcelas vincendas						Total em 2010 (C)	%	Total em 2009 (C)	%	2010		2009	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias					(A+B+C)	%	(A+B+C)	%
Operações de crédito														
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	6,213	16,03	7,758	21,89			
Outros créditos (1)	68	-	-	-	68	100,0	153	1,068	2,76	1,075	3,03			
Total das operações de crédito	68	-	-	-	68	100,0	153	100,00	7,281	18,79	8,833	24,92		
Avais e fianças (2)	-	-	-	-	-	-	-	31,475	81,21	26,616	75,08			
Total em 2010	68	-	-	-	68	100,0		38.756	100,00					
Total em 2009	14	15	15	43	43	23	153	100,0		35.449	100,00			

(1) Outros créditos compreendem a devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber; e

(2) Contabilizados em contas de compensação.

b) Modalidades e níveis de riscos

	Curso normal						Total geral													
	AA	H	Total em 2010	%	Total em 2009	%	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 2010 (C)	%	Total em 2009 (C)	%	(A+B+C)	%	(A+B+C)	%
Operações de crédito																				
Empréstimos	1.515	4.698	6.213	85,33	7.758	87,83	-	-	-	-	-	-	-	6,213	16,03	7,758	21,89			
Outros créditos (1)	-	1.068	1.068	14,67	1.075	12,17	68	-	-	68	100,0	153	100,00	1,068	2,76	1,075	3,03			
Total em 2010	1.515	5.766	7.281	100,00	8.833	100,00	68	-	-	68	100,0	153	100,00	7.281	18,79	8.833	24,92			
%	20,81	79,19	100,00	100,00	8,833	100,00	-	-	-	-	-	-	-	31,475	81,21	26,616	75,08			
Total em 2009	1.727	7.106			8.833	100,00								38.756	100,00					
%	19,56	80,44			100,00											35.449	100,00			

c) Concentração das operações de crédito e outros créditos

	2010	%	2009	%
Maior devedor	4.475	61,46	5.809	65,76
Dez maiores devedores	7.281	100,00	6.833	77,36
Vinte maiores devedores	-	-	8.833	100,00

d) Setor de atividade econômica

	Curso normal				Total geral			
	2010	%	2009	%	2010	%	2009	%
Setor privado								
Indústria	5.991	82,28	7.536	85,32				
Serviços	222	3,05	222	2,51				
Pessoa física	732	10,05	744	8,42				
Comércio	336	4,62	331	3,75				
Total	7.281	100,00	8.833	100,00				

8) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2010	2009
Créditos a receber (Nota 20) (1)	116.897	127.200
Depósitos para interposição de outros recursos	98.606	82.514
Créditos tributários (Nota 19c)	95.531	84.597
Impostos e contribuições a compensar	57.885	49.490
Depósitos para interposição de recursos fiscais	57.260	12.461
Pagamentos a ressarcir	5.232	5.231
Devedores por compra de valores e bens	1.068	1.075
Imposto de renda a recuperar	213	-
Total	432.692	362.568

(1) Refere-se a Direitos a Receber dos ex-controladores.

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas":

	Curso normal						Total geral					
	Capital social		Patrimônio líquido ajustado		Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social		Lucro líquido ajustado		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
	2010	2009	2010	2009	Ações	Cotas	%	%	2010	2009	2010	2009
Empresas												
Tibre Holdings Ltda.	167.500	316.080	-	-	167.500	-	100,000	12,972	316.080	325.052	12,972	10,802
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	1.028.459	1.467.725	31.268	-	7.266	-	100,000	4,983	106.652	100.605	3,051	3,380
Embaúba Holdings Ltda.	551.937	564.503	-	-	460.134	-	83,367	21.234	470.610	468.994	17,702	19,890
Demais Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	136	142	114	365
Total									893.478	894.793	33.839	34.437

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis.

b) Composição de outros investimentos

	2010	2009
Investimentos por incentivos fiscais	14.559	14.559
Outros investimentos	12.912	12.912
Títulos patrimoniais	42	42
Subtotal	27.513	27.513
Provisão para perdas com investimentos por incentivos fiscais	(10.532)	(10.532)
Provisão para perdas em outros investimentos	(11.271)	(11.271)
Subtotal	(21.803)	(21.803)
Total	5.710	5.710

10) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos Contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos Cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

III - Movimentação das Provisões Constituídas

	Curso normal		Total geral	
	2010	2009	2010	2009
No início do semestre				
Constituições líquidas de reversões e baixas	10.624	18.355		
Atualização monetária	478	-		
Pagamentos	(685)	101		
No fim do 1º semestre de 2010 (Nota 11)	10.417	18.456		
No fim do 1º semestre de 2009 (Nota 11)	8.372	54.433		

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais e inclui baixas em 2009 de processos que foram objeto de adesão ao programa de pagamento e pagamentos à vista de débitos tributários que possuíam depósitos judiciais.

4)

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.485.541/0001-06

Sede: Cidade de Deus - Prédio Novíssimo - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Dividendos
Aos acionistas está assegurado dividendos mínimos obrigatório em cada exercício de importância não inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Foram provisionados dividendos relativos ao semestre, no montante de R\$ 416 mil (2009 - R\$ 446 mil), correspondendo a R\$ 0,16 (2009 - R\$ 0,17) por lote de mil ações.

13) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2010	2009
Serviços técnicos especializados	1.696	3.651
Propaganda e publicidade	162	227
Comunicação	47	69
Transportes	24	17
Serviços de terceiros	19	16
Outras	60	6
Total	2.008	3.986

14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2010	2009
Impostos e taxas	9	144
Contribuição ao COFINS	985	1.221
Contribuição ao PIS	160	198
Total	1.154	1.563

15) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2010	2009
Variações monetárias ativas	1.946	2.173
Atualização monetária sobre depósitos	1.088	2.819
Outras	303	854
Total	3.337	5.846

16) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2010	2009
Despesas de juros sobre obrigações	8.128	9.084
Outras	101	369
Total	8.229	9.453

19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2010	2009
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	49.257	54.386
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1)	(19.703)	(21.754)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligada e controlada	13.536	13.775
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(896)	(976)
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social (2)	1.060	1.343
Outros valores	550	126
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(6.453)	(7.486)

(1) A alíquota da contribuição social para as empresas do segmento financeiro foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08. (Nota 3g); e
(2) Refere-se à equalização da alíquota efetiva a Contribuição Social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2010	2009
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(4.209)	(59.302)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no semestre, sobre adições temporárias	(89)	51.816
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social	(357)	-
Prejuízo fiscal	(991)	-
Constituição de exercício anterior sobre:		
Base negativa de contribuição social	193	-
Total dos impostos diferidos	(1.244)	51.816
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(5.453)	(7.486)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2009	Constituição (1)	Realização	Saldo em 30.6.2010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.596	19	226	2.389
Provisão para contingências civis	4.061	29	70	4.020
Provisão para contingências fiscais	5.871	80	-	5.951
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	1.431	24	3	1.452
Provisão para desvalorização de bens não de uso	288	-	223	65
Outros	50.469	395	114	50.750
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	64.716	547	636	64.627
Prejuízo fiscal e base negativa	32.059	193	1.348	30.904
Total dos créditos tributários (Nota 8)	96.775	740	1.984	95.531
Obrigações fiscais diferidas (Nota 11a)	4.039	-	220	3.819
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	92.736	740	1.764	91.712

(1) Contemplam os créditos tributários relativos à elevação da alíquota da contribuição social para o segmento financeiro, determinada pela Lei nº 11.727/08, os quais correspondem ao valor de R\$ 633 mil (2009 - 4.119 mil) (Nota 3g).

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal	Base negativa	Total
2010	8.942	4.668	-	13.610
2011	9.646	5.098	5.467	21.576
2012	10.365	5.504	7.619	25.777
2013	7.011	3.182	8.322	21.492
2014	7.008	3.164	-	13.047
2015 (1º Sem.)	5	34	-	39
Total	42.977	21.650	21.408	95.531

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.
O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 86.577 mil (2009 - R\$ 79.722 mil), sendo R\$ 59.012 mil (2009 - R\$ 79.722 mil) de diferenças temporárias, R\$ 27.565 mil de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.

17) RESULTADO NÃO OPERACIONAL
Corresponde basicamente à reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens, no montante de R\$ 6 mil (2009 - R\$ 632 mil), nos respectivos semestres.

18) TRANSAÇÕES COM O CONTROLADOR, CONTROLADA E COLIGADAS

a) Transações com o controlador, controlada e coligadas, estão assim representados:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2010	2009	2010	2009
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	4	5	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	508.398	563.567	20.986	25.466
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	1.281	2.220	161	273
Dividendos:				
Banco Bradesco S.A.	(1.603)	(1.769)	-	-
Embaúba Holdings Ltda.	99.048	68.585	-	-
Tibre Holdings Ltda.	136.022	101.250	-	-
Cia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	128	67	-	-
Outras	616	331	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração
Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.
A Instituição é parte integrante da organização Bradesco e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.
A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.
Outras informações
Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:
a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria Instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

20) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) Por força do Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Integração Empresarial e Outros Pactos, de 7 de julho de 2006, firmado com o Banco Bradesco S.A., os ex-controladores do Banco Boavista, julgaram oportuno o exercício da opção para aderir ao PAES, objetivando o parcelamento de débitos tributários e previdenciários junto à União, por eles garantidos, os quais vinham sendo questionados nas esferas administrativa e judicial, no montante de R\$ 165.340 mil, conforme faculdade instituída pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.
Conforme a referida legislação, os valores objeto de parcelamento serão quitados no prazo mínimo de 120 meses e máximo de 180 meses, devidamente atualizados pela TJLP.
Os valores atualizados relativos às obrigações fiscais R\$ 136.655 mil (2009 - R\$ 148.608 mil) e o respectivo direito a receber dos ex-controladores R\$ 116.897 mil (2009 - R\$ 127.200 mil), por força do citado instrumento estão, respectivamente, registrados em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 11a) e outros créditos - diversos (Nota 8).
b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:
• Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
• Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa;
• Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas; e
• Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

A DIRETORIA
Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores
Banco Boavista Interatlântico S.A.
1. Examinamos os balanços patrimoniais do Banco Boavista Interatlântico S.A. em 30 de junho de 2010 e de 2009 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos semestres findos em 30 de junho de 2010 e de 2009, elaborados sob a responsabilidade da administração do Banco. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Somos de parecer que as referidas demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Boavista Interatlântico S.A. em 30 de junho de 2010 e de 2009 e os resultados das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações dos semestres findos em 30 de junho de 2010 e de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
São Paulo, 27 de julho de 2010.
PRICEWATERHOUSECOOPERS
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Luís Carlos Matias Ramos
Contador
CRC 1SP171564/O-1



Essa mulher (Dilma) vai fazer a primeira experiência pra saber onde começou a mudança da história deste País
Presidente Lula

Lula pedirá votos para Dilma e Mercadante

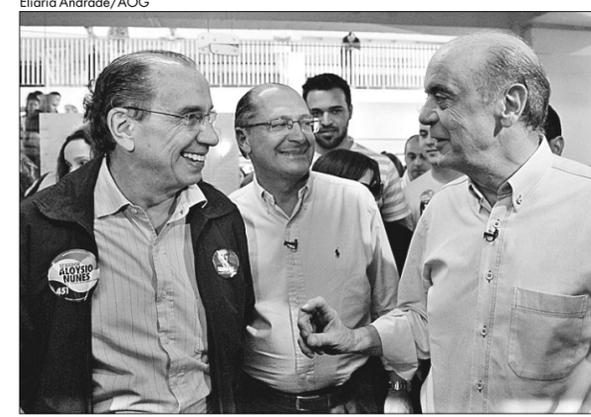
O presidente Lula volta a fazer panfletagem de madrugada na porta da Mercedes-Benz, na região do ABC, para pedir votos para seus candidatos em São Paulo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reunirá hoje com a presidente Dilma Rousseff e a candidata ao governo de São Paulo Aloizio Mercadante para fazer panfletagem, a partir das 5h30, na porta da fábrica da Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo (Grande São Paulo), cidade onde Lula construiu sua vida sindical. Também estarão presentes o vice de Mercadante, Coca Ferraz (PDT), e os dois nomes da coligação União Para Mudar que tentam vaga no Senado, Marta Suplicy (PT) e o cantor Netinho de Paula (PCdoB). A visita é o capítulo final da "trilogia petista" - que tenta avançar a campanha de Mercadante - no estado. Na sexta e sábado, o grupo realizou grandes comícios em Osasco e Mauá. A última pesquisa Datafolha mostra que o tucano Geraldo Alckmin ampliou vantagem na corrida pelo Palácio dos Bandeirantes: ganharia no primeiro turno com 54% das intenções de voto, enquanto o candidato do PT registra 16%. O retorno ao chão de fábrica faz parte também dos esforços

do presidente em eleger em primeiro turno sua candidata à sucessão ao Palácio do Planalto. O ato, programado para as 5h30 da manhã, testará a popularidade de Dilma Rousseff no reduto político do presidente, bem como sua performance em palanque. Lula deve lembrar hoje seus momentos no movimento sindical, conduzindo um comício como nos velhos tempos: na porta da fábrica. "Segunda-feira essa mulher (Dilma) vai fazer a primeira experiência dela, às 5 horas da manhã, na porta de uma fábrica lá em São Bernardo do Campo, pra ela saber onde começou a mudança da história deste País", antecipou o presidente na sexta-feira à noite, em comício em Osasco. **Crime** - A candidata do PT Dilma Rousseff se propôs a investir em inteligência, tecnologia e valorização de policiais para combater o crime organizado. "A grande tarefa no governo, a partir de 2011 até 2014, e nos outros governos sucessivos que vierem, será combater e derrotar o crime", disse Dilma. O candidato a vice Michel Temer negou ontem que o PMDB já tenha dividido o governo meio a meio com o PT. (Agências)



Dilma: a grande tarefa até 2014 será derrotar o crime.



José Serra: "Seguiremos nosso trabalho. Vamos chegar lá".

Marina defende mais treinamento para a polícia
A candidata do PV à Presidência da República, Marina Silva, criticou, sem citar nomes, adversários que defendem a criação de um Ministério da Segurança Pública em suas propostas de governo e classificou a ação ocorrida no Rio de Janeiro - na qual bandidos invadiram um hotel de luxo e fizeram reféns - como um exemplo do descontrole da segurança pública no País. Marina defendeu a reforma da segurança pública no País, ancorada no pagamento de melhores salários e mais treinamento aos policiais. (AE)

TSE: só Lula pode contestar o uso de sua imagem.
O presidente do PT, José Eduardo Dutra, afirmou hoje que o partido vai recorrer da decisão do ministro do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) Henrique Neves que arquivou duas representações contra José Serra (PSDB). Nas ações, a campanha de Dilma Rousseff reclamava do uso da imagem do presidente Lula no horário eleitoral do tucano na TV na quinta-feira e no sábado. Henrique Neves disse em sua decisão que só o próprio presidente Lula poderia apresentar reclamação formal contra essa prática. (AE)

Serra não pretende mudar rumo da campanha
O candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra, afirmou hoje que não pretende mudar o rumo de sua campanha, apesar da crescente desvantagem em relação à candidata Dilma Rousseff (PT), conforme apontam as pesquisas de intenção de votos. "Seguiremos nosso trabalho com muita seriedade, muito empenho, otimismo e propostas para mostrar à população. Vamos chegar lá", afirmou o candidato tucano, em visita ao Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso, na Vila Nova Cachoeirinha, na zona norte de São Paulo. Na mais recente pesquisa eleitoral, divulgada pelo Data-

folha, a diferença entre Dilma e Serra subiu para 17 pontos percentuais. Questionado sobre declarações de representantes do PSDB e de partidos aliados sobre a necessidade de mudanças na campanha, principalmente em relação ao tom das críticas ao governo federal, Serra evitou o tema. Para o candidato ao governo de São Paulo, Geraldo Alckmin, os números das pesquisas não devem ser supervalorizados. "O processo eleitoral está em pleno curso e o Serra tem tudo para ir ao segundo turno, e então teremos uma nova eleição, e o Serra tem chance de ganhar a eleição", afirmou. (AE)